

QUESTÃO AGRÁRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE A FRONTEIRA AMAZÔNICA MATO-GROSSENSE

AC 299647

UFMT - Biblioteca Central
HEMEROTECA

Edison Antônio de Souza¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão histórica acerca da questão agrária brasileira, destacando a expansão da fronteira agrícola capitalista enquanto processo de ocupação territorial no interior do Brasil. Procuramos sobrelevar o significado político e social dessa ocupação à luz de importantes pesquisas e estudos da questão rural, numa abordagem histórico-social sobre a fronteira, o campesinato e o mundo rural, investigando os elementos necessários para a compreensão das disparidades regionais do universo social brasileiro e, no caso específico, o Norte de Mato Grosso.

Palavras-chave: Capitalismo. Fronteira. Agricultura.

ABSTRACT

The objective of this article is having a historical reflection about the Brazilian land-farm matter, emphasizing the expansion of capitalist agricultural frontier in the territorial occupation process inside of Brazil. I have been looking for emphasizing the political and social meaning of this occupation through important researchers and studios of the rural matter, in an historical-social approach about the frontier, the country man and the rural world, looking for finding necessary elements to understand the Brazilian social universe of region disparities, and specifically in North of Mato Grosso.

Keywords: Capitalism. Frontier. Agriculture/Farming.

Introdução

O entendimento dos problemas do campo no Brasil deve ser feito no contexto da compreensão dos processos históricos que definiram as relações entre os homens e destes com os meios de produção, em especial a terra, pois como afirma Serra (2005, p. 5), a questão da divisão justa do espaço físico entre os homens é tão antiga quanto a própria existência do homem na Terra. Para Linhares (1997, p. 165):

[...] a história agrária, como é hoje conhecida, nasceu, nas primeiras décadas do século XX, de um encontro feliz com a geografia humana, tendo, de um lado, o historiador – preocupado em explicar as mudanças operadas pela ação do homem (os grupos sociais) através dos tempos – e, de outro, o geógrafo – dedicado ao estudo da relação do homem com o seu meio físico.

No Brasil, a questão agrária tem início no momento de sua colonização. Imbuídos do espírito mercantilista, o colonizador europeu reproduziu na América Latina as relações desiguais no campo. Dessa forma, é preciso registrar que a partir da tomada de posse do território brasileiro, por parte do Rei de Portugal (primeiro ato de grilagem), esse espaço geográfico foi “loteado” em Capitânicas Hereditárias, mais tarde em Capitânicas e depois em Sesmarias, provocando uma concentração fundiária no Brasil, que se configura até os dias de hoje, bem como todos os problemas daí decorrentes. Logo,

¹ Docente e Pesquisador da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop. Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ. Endereço Postal: Rua dos Eucaliptos, 52. Centro. Sinop/MT. CEP: 78550-000. E-mail: edisonas@terra.com.br – (66) 3531 2461.

UFMT - Biblioteca Central
HEMEROTECA

269389

pode-se dizer que a questão agrária no Brasil tem raízes históricas e que sua estrutura ainda guarda fortes laços com a a origem. Diante da conjuntura de expansão capitalista do país, cabe aos pesquisadores, como afirma Linhares (1981, p. 67), “interpretar a realidade à luz dos novos fatos”.

A forte penetração do capital no campo, em condições históricas diferentes, provocou uma má distribuição de renda e uma alta concentração de riqueza e poder em mãos de poucas pessoas. Nesse contexto, como afirma Serra (2005, p. 7):

A terra, agora propriedade privada, pode ser utilizada da forma como o proprietário quiser, podendo inclusive não utilizá-la produtivamente, deixando-a abandonada. Uma das conseqüências desse avanço capitalista no campo vai se expressar no grande contingente populacional rural expropriado de suas terras por grandes proprietários, grileiros, empresários e pela exploração econômica concretizada na ação da grande empresa capitalista.

A respeito da problemática da terra, Martins (1991, p. 55) assim diferencia terra de trabalho e terra de negócio:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.

É exatamente na disputa pela sua posse e uso que acabam se disseminando zonas de tensos conflitos. É a **terra de trabalho** contra a **terra de negócio**. Dessa forma, intensifica-se a luta pela terra em diferentes regiões do Brasil, onde, de um lado está o latifundiário, grileiro, e, de outro, pessoas que fazem resistência a essa injustiça no campo, contra a expropriação e a exploração do trabalhador rural, fortalecida por organizações e sindicatos que surgem unificando as aspirações e lutas dos diversos segmentos oprimidos no campo, desde um posseiro maranhense até um colono gaúcho. “Assim como os governos anteriores, o governo militar pouco fez pela reforma agrária. Durante este regime foi sancionado o Estatuto da Terra, através da Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, passando a ser o instrumento legal de promoção da reforma agrária no país”, afirma Serra (2005, p. 10).

Capitalismo e Agricultura Pós Golpe Militar de 1964

Conforme estudos de Martins (1997, p. 10), a partir do “golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da Ditadura Militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida” (ARRUDA, 1997, p. 21). Afirma que nesse contexto histórico-político, os ‘novos bandeirantes’ “retornam à cena da cartografia política para fincar definitivamente as esporas no território norte mato-grossense, redefinindo e se apropriando espaços, onde vendem os sonhos, projetam as cidades, selecionam seus ocupantes e forjam identidades”.

O debate teórico em torno do desenvolvimento em períodos mais recentes vem sendo acompanhado pela reflexão de diversos autores. Nesse campo, podemos destacar Martins (1997, p. 13) que, sobre a palavra fronteira, nos revela que ela, de modo algum, se reduz e se resume à fronteira geográfica:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.

Afirma ainda ser a fronteira, “também chamada *frente pioneira*, tão característica da História de nosso país e dos chamados “países novos” e extensos, mais do que fronteira demarcada pela ex-

pansão geográfica da economia capitalista, tem sido, sobretudo, fronteira do humano”. De acordo com o referido autor (1997, p. 13),

[...] a fronteira é o espaço próprio de encontro de sociedades e culturas entre si diferentes, como as sociedades indígenas e a chamada sociedade civilizada; lugar da pretensa epopéia da frente pioneira e dos também chamados ‘pioneiros’ e ‘civilizadores’. É o lugar da busca desenfreada de oportunidades, mas também do genocídio dos povos indígenas, do massacre dos camponeses pobres, da subjugação dos frágeis e desvalidos.

Nessa perspectiva, Santos (1993, p. 244) “considera que a fronteira gera a exclusão social. É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização”. De qualquer forma, seja como um lugar de refúgio e reconstrução, ou como um lugar de desilusão e fracasso, a fronteira para Santos (1993, p. 258) é o lugar da utopia:

Acontece que havia entre os camponeses das regiões de origem, de certa forma acudados pela falta de terras, um desejo de reproduzir-se como camponeses, quer tratando-se deles mesmos em melhores terras ou em áreas mais extensas, ou de seus filhos em condições semelhantes. Por conseguinte, esta “sede de terra” fez surgir, também, um “sonho da terra” entre esses camponeses que queriam continuar sendo camponeses.

Ferreira (1988, p. 39) afirma que a história da formação do território brasileiro é marcada pela “expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção. A frente pioneira marcou um momento importante na expansão territorial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo.” Intensificou-se depois da Primeira Guerra Mundial, quando os preços elevados dos gêneros alimentícios e a ampliação do mercado interno, com o desenvolvimento das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, foram as molas impulsoras do movimento pioneiro. A idéia de frente pioneira está intimamente relacionada à pequena propriedade, à expansão da produção em áreas virgens, preferencialmente de matas e não apropriadas anteriormente. Martins (1975, p. 44), conceitua Frente Pioneira como sendo:

[...] um empreendimento capitalista, como forma de inserção do campo no sistema capitalista, especialmente pela condição de propriedade privada da terra, pelos investimentos em compra, pela renda que a terra possa dar aos seus proprietários, pela produção voltada para o mercado, ainda que não se verifiquem investimentos de capital na produção e que as relações de trabalho se configurem como não tipicamente capitalistas.

Em relação ao conceito de Zona Pioneira, Martins (1975, p. 44) apropria-se das palavras de Wai-bel, que acentua a “dimensão urbana como constitutiva da paisagem, o mercado como constitutivo da economia, a urbanização do comportamento e a implantação da ‘mentalidade racional’, pressuposto, desse modo, a zona pioneira como aquela em que se realiza um estilo singular de vida.” Por outro lado, este autor (1975, p. 44-45) faz a seguinte afirmação sobre a centralização das reflexões na ocupação pioneira do terreno:

[...] pioneira no sentido indicado de ‘zona pioneira’ e não no de primeira ocupação e no modelamento da paisagem, não acentua devidamente que, independentemente do espaço geográfico, as relações sociais e singulares que articulam a vida social na zona pioneira não são, por seu turno, “pioneiras”.

[...] As relações sociais que definem a sociedade na zona pioneira não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são as relações sociais necessárias à sua implantação. [...] O “novo”, que é uma das dimensões do conceito de zona pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social.

Martins (1975, p. 45) afirma ainda que a frente pioneira “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica.” No caso brasileiro, o mesmo autor (1975, p. 45) considera que a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica:

A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constituiu basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado. [...] A economia dessa faixa não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades.

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como *frente de expansão*. Para Martins (1975, p. 46), o que “caracteriza a ‘frente de expansão’ é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro”.

Podemos afirmar que entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica brasileira situam-se os posseiros. Martins concebe essa zona como ‘frente de expansão’, onde a atividade econômica não se baseia numa característica apropriação capitalista da terra. O referido autor (1997, p. 152), expressa “frente de expansão como a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas; já frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor”.

Segundo sua análise (1997, p. 12), a figura central para se entender a problemática da fronteira não é o ‘pioneiro’, mas sim a ‘vítima.’ É na categoria e na condição de “vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece nova, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, características das regiões de ocupação antiga.”

Na fronteira também é construída a figura mítica do pioneiro, o “grande herói na conquista das novas terras.” Só que agora as qualidades do herói criador são transferidas para a própria fronteira, “fetichizada,” na expressão de Martins (1997, p. 15):

O aparentemente novo na fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, base da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna.

Continuamos nossa reflexão a partir das análises de Martins (1997, p. 150), que afirma ser a “fronteira essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. Um lugar da descoberta do outro e do desencontro”.

Para Linhares (1981, p. 70), “a esta fronteira caberia, entre outros papéis, absorver as populações rurais expulsas de áreas socialmente tensas ou ocupadas, constituindo-se no primeiro momento de expansão que precede à integração econômica e jurídica das terras pelas empresas capitalistas (empreendimentos agropecuários e agroindustriais) apoiadas nos mecanismos estatais (incentivos, isenções, créditos)”.

Paula (2003, p. 3) afirma que, no caso brasileiro, a “Amazônia passou a ocupar um lugar de destaque no cenário nacional, no decorrer dos anos 90, devido à adoção, por parte de diversos atores sociais, de algumas dessas “inovações’ nas suas estratégias de atuação.”

Para compreender as relações sociais, tanto no âmbito da sociedade civil quanto no da sociedade política, no Norte de Mato Grosso, é necessário levar em conta o papel desempenhado pelo Estado brasileiro através de incentivos fiscais e creditícios, a expansão e multiplicação de empresas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, amparados em políticas públicas do Estado, que acabam assegurando os suportes para o desenvolvimento nessa região. Segundo Oliveira (1997, p. 150):

[...] dessa forma, em termos gerais, a história recente da grande região norte de Mato Grosso, é na base, é a história da abertura de estradas e sobretudo, a história dos sujeitos sociais que vieram formar as frentes de expansão e pioneiras modernas, de um lado e de outro, mais especificamente a história dos povos indígenas que habitaram todo o Estado, e suas respectivas articulações com as políticas territoriais do Estado. Nesse processo contraditório está a raiz da destruição dos territórios indígenas e a construção do território capitalista.

A reflexão teórica que orienta o eixo central de nosso estudo, em que se procura compreender a relação Estado/sociedade no Norte de Mato Grosso, ampara-se também no conceito de Estado ampliado, formulado por Gramsci. De acordo com o referido autor, o Estado deve ser interpretado como um complexo de atividades práticas e teóricas, constituído pelas esferas da sociedade política mais a sociedade civil. Na sociedade política (Governo) predomina a coerção e, na sociedade civil, o consenso. Paula (2003, p. 6), dialogando com o pensador italiano Antônio Gramsci, afirma que “as relações entre sociedade civil (condições de vida material ou, em regime capitalista, sistema de produção privada, aparelho privado de hegemonia) e a sociedade política, devem ser concebidas em função da definição de Estado Ampliado: sociedade política mais a sociedade civil”. Dessa forma, o Estado tem uma outra dimensão, que, para Gramsci, é a Cultura que, para este autor, não é a erudição dos sábios, mas o conjunto das visões de mundo, conforme Mendonça (1998, p. 21):

Valores, crenças e auto-percepções de seu lugar na sociedade - desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe. No mundo contemporâneo, nem sempre certos grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, por falta de sua organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil. Assim, sendo, adotam, como sua, a visão de mundo de outros grupos, quase sempre os dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de hegemonia, ou seja, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por todos eles partilhada.

De uma forma geral, os estudos acerca da relação Estado/sociedade procurarão trazer à luz novos elementos a esta problemática. Mendonça (1997, p. 11), afirma que, como reflexão teórica, faz “uso do recurso legítimo do historiador que, olhando do momento presente, indagar-se acerca do passado e daquilo que ele nos lega, questão básica para se escapar do risco de sermos conduzidos por nossa própria herança de temas e problemas,” pois, como afirma Fontes (1998, p. 52), “aos historiadores compete, pela complexidade e amplitude de seu objeto de estudo, manter-se atento para a historicidade dos conceitos, para as implicações no interior do campo cognitivo que a adoção de tais categorias implica, assim como para as relações existentes entre a reflexão social e a sociedade que nos envolve”. Teoricamente, situamos nossas referências nas formulações desses autores, tomando como base empírica o Norte de Mato Grosso, tanto no plano político quanto na sua dimensão simbólica.

Desenvolvimento Econômico e a Questão Agrária

Segundo alguns teóricos da questão agrária, o Brasil passou por alguns períodos que caracterizaram a expansão e a ocupação de diversas áreas em períodos históricos definidos. 1930/40: rural-urbano; 1970: mecanização do campo; 1990: agronegócio. À luz de vários autores que contribuíram para o entendimento do Brasil, como Caio Prado Júnior, Fernando Novais, Ciro F. Cardoso, Maria Yedda Linhares, dentre outros, estamos pensando nosso objeto de estudo – a fronteira Norte mato-grossense, no período: 1980-2002.

Com o avanço do capitalismo no campo e suas implicações sociopolíticas, como a modernização da agricultura, foram liberados, através de órgãos oficiais, como SUDAM, BASA e Banco do Brasil, financiamento para favorecer os grandes produtores rurais: essa política de incentivos do Governo Federal incluía créditos, mecanização agrícola, instalação de indústrias que iriam produzir insumos agrícolas. Dessa maneira, provocou a expulsão dos camponeses, a devastação ambiental e a dilatação da fronteira. Primeiramente, na década de 50, foi com o Paraná; décadas de 60 e 70,

com o Centro-Oeste; 80 e 90, com a Amazônia, provocando uma grande concentração de terra (enquanto instrumento de poder) e uma exploração brutal dos trabalhadores por parte da classe dominante. Segundo Souza Martins (1984, p. 32), “esses processos se chocam entre si na medida em que o desenvolvimento econômico, propiciado, sobretudo, pela política de incentivos fiscais e de isenções tributárias à atividade agropecuária, provoca a multiplicação das tensões sociais no meio rural, a proliferação de conflitos, a ampliação da luta pela terra.” Para este autor (1984, p. 57):

A centralização tem como seu agente econômico a grande empresa capitalista, o grande grupo econômico, sulista, que invade a Amazônia para desfrutar os incentivos fiscais e tributários e implantar os seus projetos agropecuários. Numa certa medida, o confisco territorial acompanha o banimento da burguesia regional, dos fazendeiros, dos comerciantes, dos beneficiários da ocupação dos novos territórios.

[...] A política de incentivos desarticulou as relações de poder na Amazônia. Não só impediu o nascimento político de um campesinato baseado na luta pela terra, libertado enfim das relações tradicionais da dominação pessoal, do avilamento, mas destruiu as formas tradicionais do poder local ou as comprometeu seriamente, tornando-as vazias e sem sentido. O ‘enloquecimento’ dessas relações tradicionais de poder fica evidente nas dimensões tomadas pelo jaguncismo, pela violência privada, pela desmoralização do que resta das velhas estruturas de dominação.

Conforme Mendonça (2000, p. 10), a nova hegemonia da agricultura brasileira, que aumentou a concentração de renda, ampliou-se com o processo de modernização da agricultura brasileira: subsídios, créditos, empréstimos, financiamento para maquinários, com os devidos desdobramentos econômicos, e a produção em grande quantidade para exportação. No campo político, segundo a mesma pesquisadora, ocorreu o surgimento de órgãos de representação não só local, mas também regional e nacional. Associações de diversas formas, como no caso de Mato Grosso, a Associação dos Produtores de Arroz e a Federação da Agricultura de Mato Grosso -, uma ‘plotando’ a proposta da outra.

Nossos questionamentos são os seguintes: Quais são as estratégias políticas de posicionamento dessas entidades? E no plano discursivo? Em relação às estratégias de campanha política orientada, utilizam o discurso do consenso: “participação com democracia, sem conflito, mas harmonizada”? No entanto, com a eleição de seus representantes para ocupar cargos, tanto na esfera municipal, estadual e federal, tendo como bandeira “a defesa do *agrobusiness*”, utilizam-se de empresas privadas para desempenhar funções pública. Nesse contexto, Bruno (2005, p. 5) afirma que:

[...] assistimos, hoje, a um processo de constituição de um novo campo de conflito social no mundo rural caracterizado, de um lado pela revitalização da questão da terra, e de outro pelo acirramento do debate sobre os transgênicos. Um novo campo de conflituosidade que envolve inúmeras mediações, contradições e uma diversidade de atores e de instituições tanto patronais como de trabalhadores. A ausência de diretrizes definidoras de uma política fundiária no Governo Lula e, conseqüentemente a revitalização das ocupações de terra, recolocam a questão da violência patronal no campo, expõe a força política e capacidade de mobilização dos grandes proprietários. Tais fatores corroboram para refletirmos sobre a violência e a impunidade no Brasil. Expressa também o aprofundamento e a consolidação política e econômica de uma nova geração patronal rural e agro-empresarial que se constituiu a partir dos anos setenta juntamente com o processo de modernização da agricultura. Vemos hoje, a constituição de novos grupos patronais. Dentre os mais expressivos temos o Movimento Nacional de Produtores (MNP) composto por representantes da Sociedade Rural Brasileira e da Organização das Cooperativas do Brasil.

Ao estudarmos o mundo agrário, temos que levar em consideração dois aspectos importantes em nossa análise: a questão ambiental, associada ao estudo da agricultura, conceito moderno de sustentabilidade, tendo o ambiente como garantia de sobrevivência do sistema. Outro fator é o da alimentação: não só plantar para exportar, mas para uma melhor alimentação do povo brasileiro (Josué de Castro). Nesse contexto, a solução é social e não individual, passando, necessariamente, pela agricultura e uma boa alimentação.

Mendonça (2000, p. 8), em seu ensaio: “Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo”, desenvolve reflexões que contribuem para pensarmos melhor o processo histórico do agro-brasileiro. Nesse trabalho, ela define claramente os conceitos de questão agrária e de reforma agrária. A noção de “questão agrária”, bem mais ‘velha’ e ampla, incide diretamente sobre uma longa história de lutas sociais, tão antigas quanto a “conquista portuguesa” de nosso território. Já a “reforma agrária” consiste em designativo bem mais recente, datado de meados da década de 50 do século passado, o qual, “mesmo partindo da confluência entre os movimentos populares no campo e o discurso estatizado, implica e induz seus receptores a uma expectativa, a um projeto concreto, que materializaria, no presente, expectativas de um futuro quase sempre tido como melhor, posto que não vivido”. Mendonça (2000, p. 12), afirma ainda que:

[...] do ponto de vista neoliberal inexistente sequer uma “questão agrária”, resolvida que ela já o foi pela intensa modernização tecnológica de boa parte de suas empresas nos anos 80 do século passado. Logo, sob esta ótica, se não há nem mesmo ‘questão agrária’, para que falar de ‘reforma agrária’? Entretanto, como é impossível negar a realidade da miséria vigente no campo, a resposta neoliberal volta-se para a definição ‘pobreza’ enquanto um ‘resíduo’, ou seja, uma conseqüência indesejada – porém inevitável – da forma como o capitalismo desenvolveu-se no campo brasileiro e cujo cunho residual virá a ser, um dia, eliminado automaticamente pelo mercado, na medida em que a modernização tecnológica avançar e o excedente da população rural for absorvido em ‘outros setores’ da economia.

Esse é o caso de Mato Grosso que, a partir da década de 70 do século XX, através das políticas públicas do Governo Militar, ampliou a ocupação do Cerrado e da Amazônia mato-grossense, por migrantes vindos dos Estados do Sul do Brasil, para “investir” no setor rural e urbano, incentivados por políticas públicas dos Governos estadual e federal.

Mendonça (2000, p. 13), ao discutir ‘reforma agrária para solucionar a questão agrária,’ afirma que o que muitos tentam obscurecer é que a reforma agrária,

[...] fora da perspectiva economicista, visa alterar toda uma estrutura de poder que, além de igualmente perversa e viciosa, produz um ambiente social, econômico, cultural e político inibidor do desenvolvimento econômico, sim, mas, principalmente, inibidor do desenvolvimento democrático.

Segundo Pacheco (2000, p. 25), essa ‘perspectiva distorcida prevalece porque ainda não adquiriu força suficiente na sociedade brasileira o debate que associa a questão da democratização da terra – e de um projeto político de reforma agrária’ – ao questionamento do próprio modelo de desenvolvimento ora vigente. Tal questionamento, segundo a autora, “significa contestar a máxima de que o modo de desenvolvimento em que “o quanto cresce” tem maior importância do que o “como”, “para que” cresce”. Mendonça (2000, p. 27), afirma que:

[...] o avanço do capitalismo no campo brasileiro fez aumentar a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente à modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Seu reverso foi a expropriação e expulsão da terra dos mais variados tipos de trabalhadores rurais, gerando o crescimento do trabalho assalariado e novos personagens na luta pela terra e pela reforma agrária.

A partir dessas contribuições teóricas é que estamos estudando as “relações de poder e dominação no Norte de Mato Grosso,” tendo como recorte temporal a década de setenta do século XX, objeto de estudo em andamento junto ao Doutorado em História Social da Universidade Federal Fluminense. Dessa forma, estamos analisando as relações sociais e políticas regionais, levando em conta o papel desempenhado pelo Estado brasileiro através de incentivos fiscais e creditícios, os quais visam a expansão e multiplicação de empresas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, amparadas em políticas públicas federais que acabam assegurando os suportes para o desenvolvimento nessa região. Segundo Neto (1986, p. 160):

Ao longo das décadas de 70/80, marcadas pelo governo autoritário, a colonização particular, através de estratégias de disciplinarização do campo, constituiu-se também em política de Estado para controlar as terras da fronteira agrícola e reproduzir a ordem social dominante. Para que a ocupação das terras pudesse se manter sob o controle dos setores dominantes e não da maioria daqueles que para lá migravam, foram produzidos mecanismos repressivos e disciplinares tanto no bojo da burocracia do Estado, quanto no seio do empresariado, e também através das repressões inseridas na própria organização social e espacial das cidades.

Machado (1990, p. 118-119) afirma que a sociedade está se reorganizando segundo um

“[...] processo acelerado de desenvolvimento capitalista, com todas as suas contradições intrínsecas, por exemplo, entre a modernização e a modificação da estrutura de poder social, o tradicional e o novo, o progresso econômico, a destruição do meio ambiente e a justiça social, desta forma o Estado criou políticas para manipular o espaço através da distribuição controlada das terras.”

Essa política cria espaços estratégicos no território, objetivando a orientação de fluxos migratórios e a mobilidade espacial e ocupacional da massa dos imigrantes frente à procura por melhores condições de trabalho para suas famílias. Também existe a manipulação frente à política de desenvolvimento urbano (onde a expansão da fronteira agrícola se realiza num contexto urbano), pois através de investimentos em infra-estrutura, equipamento funcional urbano e criação de núcleos planejados, possibilita o uso do espaço urbano como estratégia para o povoamento regional.

A fronteira agrícola do Norte de Mato Grosso é um espaço em fase de estruturação e, como tal, geradora de realidades novas, atraindo um grande contingente populacional que desloca-se do Sul, Sudeste e Nordeste para o Centro-Oeste do país. Esses agentes sociais coletivos produzem uma dada ideologia que, por sua vez, decorre da ação de intelectuais orgânicos organizados junto a certos aparelhos privados de hegemonia, como sindicatos patronais, associações de classe, partidos políticos, meios de comunicação social, dentre outros, atuando e veiculando sua ideologia (hegemônica) através das instituições representativas da sociedade civil. Esse dinamismo econômico e demográfico, que passa a ocorrer nas cidades do Norte de Mato Grosso a partir de um grande movimento populacional, tem provocado uma territorialização e re-territorialização das classes sociais nessa região.

Tal perspectiva leva a fornecer subsídios para que possamos entender as táticas discursivas ou institucionais que, numa sociedade, tem por finalidade esquadriñar o tempo e os lugares, disciplinar os corpos e as práticas, modelar as condutas e os pensamentos, pelo reordenamento regulado dos espaços. Essas tecnologias da vigilância e da inculcação têm sintonia com as táticas de consumo e de utilização daqueles que elas têm por função modelar, disciplinar e controlar.

Essas cidades do Norte de Mato Grosso são extremamente conservadoras, politicamente mantêm suas práticas de eleição, com verdadeiros “currais eleitorais” atrelados aos setores madeireiro, agrícola e aos donos de terra (ordem privada), que financiam campanhas eleitorais, defendendo seus interesses em âmbito local e estadual. Existe um controle social e político de certos setores privilegiados, mantendo dessa forma, o domínio e a “vantagem” em seus devidos redutos eleitorais. Esses agentes políticos controlam os votos e também o valor do voto como mercadoria política, ocorrendo um verdadeiro aparato de vigilância e controle social dentro de suas empresas. A estabilidade desse sistema político exige que a maioria dos empresários apóie “as lideranças políticas”, manipulando resultados eleitorais compatíveis com os interesses e compromissos políticos.

À luz dessas reflexões é que estamos estudando o projeto político da classe dominante no Norte de Mato Grosso, onde grupos e classes sociais travam seus conflitos pelo controle hegemônico da sociedade. Sob essa perspectiva, pretende-se explicar a lógica de ação política da classe dominante, a sua busca de legitimidade e a formação de um consenso em torno da idéia de progresso mais adequada aos seus fins, procurando satisfazer interesses particulares ao longo do tempo e consolidando-se nas esferas econômicas e políticas local, regional e nacional.

Referências

- ARRUDA, Zuleika Alves. **Sinop: Território(s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões**. Dissertação de Mestrado. UFP – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRUNO, Regina. **Quem São os Novos Ruralistas no Governo Lula?** Niterói: I Simpósio “Estado Brasileiro: Agências e Agentes”. Universidade Federal Fluminense. De 13 a 15 de julho de 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Escravo ou Camponês? O Protocamponês nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **Ceres e Rio Verde: Dois Momentos no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola**. In: Fronteiras. AUBERTIN, C. (Org.). In: BECKER, Bertha. et. All. Brasília: Editora da UnB; Paris: ORSTOM, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre/RS. UFRGS, 2001.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. & Francisco C. Teixeira da Silva. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- _____. **História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Págs.165 a 184.
- SERRA, Lopes Sérgio. **Questão agrária e luta pela terra: O movimento dos trabalhadores sem terra**. Universidade Estadual do Maranhão. São Luis: 2005, (mimeo).
- MACHADO, Lia Osório. Urbanização e migração na Amazônia legal; sugestão para uma abordagem geopolítica. In: Fronteira **Amazônia: questões sobre a gestão do território**. Bertha k. Becker, et. al. Brasília: Editora da UnB; Rio de Janeiro: 1990.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.
- _____. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975
- _____. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. 3ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **História: Pensar e Fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. **Questão Agrária, Reforma Agrária e Lutas Sociais no Campo**. In: Serviço Social & Movimento Social. São Luís, V. 2. N° 1. Jan/Jul. 2000.
- MOTTA, Márcia M. M.. História Social da Agricultura revisitada: um diálogo com Maria Yedda Leite Linhares. In: SILVA, Francisco Carlos T. da, MATTOS, Hebe Maria, FRAGOSO, João (Orgs.). **Escritos sobre História e Educação – homenagem à Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. **A Lenda do Ouro Verde**: Política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Fronteira Amazônica mato-grossense**: Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: USP. FFLCH. Departamento de Geografia. Tese de Livre docência, 1997.

PAULA, Elder Andrade de. **Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro:UFRJ, 2003. (Tese de Doutorado).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos**: Exclusão e Luta – do Sul para a Amazônia. Petrópolis/RJ. Vozes, 1993

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. Coleção Primeiros Passos. 18ª ed. São Paulo:Brasiliense, 1994.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop**: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre sua Colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004.